

5.18 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

O Ministério do Meio Ambiente vem adotando um novo modelo de política ambiental compatível com o avançado arcabouço legal brasileiro, propondo, além das medidas de redução de impactos ambientais, soluções pró-ativas na gestão do meio ambiente. Para tanto, utiliza-se de estratégias de transversalidade com os diversos setores do Governo Federal, envolvendo todos os entes federados, bem como entidades privadas e a sociedade em geral, construindo, assim, uma política ambiental integrada, capaz de agregar conceitos socioambientais ao novo ciclo de desenvolvimento econômico do país. Ressalta-se, ainda, a importância da participação social nos programas desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio de consultas e audiências públicas, da representação popular nos diversos conselhos e câmaras, da capacitação de agentes e da disseminação de boas práticas ambientais.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADE SUSTENTÁVEIS

O programa Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis pretende potencializar as interfaces com o conjunto dos ministérios, as demais secretarias do MMA e os órgãos vinculados; fortalecer parcerias com a sociedade civil organizada; articular as equipes de educação ambiental nos diversos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA –; fortalecer a Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA –, bem como as ações de fomento a projetos de educação ambiental por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente; e apoiar o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental e seu Comitê Assessor. Por meio dessas parcerias, o objetivo do programa é construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis.

Assistência Técnica para a Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

A inserção de critérios socioambientais nas atividades desenvolvidas pela administração pública tem recebido atenção crescente por parte das instituições governamentais, que cada vez mais se preocupam com os impactos ambientais negativos decorrentes de suas ações. Esta é hoje a principal ação para estabelecimento de um novo padrão de responsabilidade nas atividades-meio da gestão pública e tem sido implementada pelos órgãos e entidades das três esferas de poder e de governo.

Como principal resultado das atividades realizadas no exercício de 2008 destaca-se a inclusão de 41 novas instituições. Atualmente, a rede é formada por 400 instituições. Além disso, houve avanços na implantação da Agenda Ambiental em 14 órgãos da administração pública por meio da assinatura do Termo de Adesão.

Visando sua consolidação, disponibilizou-se para todas as instituições federais e também para estados, municípios e Distrito Federal materiais de divulgação da Agenda, assim como materiais de suporte técnico para sua implantação. Ademais, foi realizado o III Fórum da A3P para

sensibilização dos gestores públicos para questões relacionadas à construção sustentável e eficiência energética nos prédios públicos e a capacitação dos servidores públicos federais para implementação do Decreto nº 5.940/2006 e da Agenda Ambiental na Administração Pública Federal, alcançando 400 servidores públicos.

Outra atividade que merece ser ressaltada é a criação do 1º Prêmio “Melhores Práticas da A3P” como forma de reconhecimento do mérito das iniciativas dos órgãos e entidades do setor público na promoção e na prática da Agenda Ambiental.

No âmbito Ministério do Meio Ambiente, a A3P alcançou os seguintes avanços: adoção das compras sustentáveis por meio da publicação da Portaria nº 61/2008; implantação da Coleta Seletiva Solidária no MMA, em cumprimento ao Decreto nº 5.940/2006; distribuição dos coletores para reutilização e reciclagem de papéis; capacitação dos funcionários da limpeza; instalação de coletor para materiais perigosos (pilhas e baterias); e a criação da Ouvidoria A3P.

GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

O programa Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos tem por objetivo coordenar o planejamento, a formulação de políticas e a avaliação dos programas na área de recursos hídricos. De acordo com art. 29, I, da Lei nº 9.433/1997, compete ao Poder Executivo Federal tomar as providências necessárias à implementação e ao funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), a elaboração e o monitoramento da implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), o fortalecimento e a atuação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), dos órgãos colegiados e demais entidades envolvidas, e promover a articulação dos sistemas de gestão nos estados e no Distrito Federal, respeitando a diversidade do país, garantindo a participação e o efetivo controle social.

Formulação de Política Nacional de Recursos Hídricos

O objetivo desta ação é formular políticas e estratégias que visem ao aprimoramento contínuo da Política de Recursos Hídricos com vistas a assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos hídricos superficiais, subterrâneos e transfronteiriços, com ênfase no apoio à estruturação do SINGREH e no fortalecimento da atuação do CNRH. Esta ação subsidia o processo de gestão de políticas relacionadas às águas subterrâneas e recursos hídricos transfronteiriços, ao passo que dá suporte à representação da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano – SRHU – no processo de coordenação nacional e de apoio ao desenvolvimento e execução de projetos e das ações mencionadas a seguir.

Com relação ao apoio aos estados e ao Distrito Federal, destaca-se a participação em reuniões dos Conselhos Estaduais e Comitês de Bacias. Ademais, foi feito o acompanhamento da elaboração dos planos estaduais de recursos hídricos dos estados de MT, MS e participação no processo de instalação de novos Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de domínio da União.

Ressalta-se também a participação em atividades e grupos de

trabalhos interministeriais setoriais, auxiliando na formulação de uma política de gerenciamento de recursos hídricos integrada às demais políticas públicas.

No que se refere ao apoio ao desenvolvimento científico e à formação em Gestão Integrada de Recursos Hídricos – GIRH – contribuiu-se na definição das linhas de pesquisa a serem apoiadas com recursos do Fundo Setorial de Recursos Hídricos (CT-Hidro). Aprovou-se pelo CT-Hidro a REDE YARA (Rede Nacional de Formação de Capacidades e Extensão Tecnológica em GIRH), e a elaboração dos termos de referência para o desenvolvimento de uma plataforma/portal de aprendizagem em GIRH, a elaboração do Plano de Ação Político-Pedagógico e dos cadernos sobre "Participação Social na Gestão de Águas.

Com relação às águas Subterrâneas, merece destaque a aprovação de Resolução 396/2008 do CONAMA que dispõe sobre Classificação e Diretrizes Ambientais para Enquadramento e a aprovação da Resolução sobre Critérios e Procedimentos de Proteção e Conservação das Águas Subterrâneas pelo CNRH. Está em análise também no CNRH a elaboração do detalhamento operativo do Programa Nacional de Águas Subterrâneas (PNAS).

Na esfera internacional, com vistas a cumprir o acordo de cooperação Brasil e Argentina, planejaram-se atividades de capacitação, seminários e intercâmbios técnicos nos temas: Planos Nacionais de Recursos Hídricos; Comitês de Bacia; e Gestão da Água no Ambiente Urbano.

Além disso, apoiou-se o desenvolvimento do Projeto para captação de recursos do Fundo Global de Meio Ambiente (GEF) para implementação do "Programa Marco para Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata", no âmbito Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata – CIC-PLATA, que objetiva colaborar com os governos da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai no fortalecimento de ações para o desenvolvimento econômico e social ambientalmente sustentável da Bacia do Prata.

Outra atividade de grande relevância no exercício de 2008 foi a coordenação e a participação do Brasil na Expozaragoza, que ocorreu na Espanha entre junho e setembro e reuniu 33 órgãos e entidades do Governo Federal, estados, Sociedade Civil e ONGs e cujo tema foi Água e Desenvolvimento Sustentável. O Brasil teve grande destaque no evento e foi premiado pelo trabalho realizado.

Ademais, em 2008 o MMA participou do processo de elaboração e publicação de um diagnóstico socioeconômico e ambiental sobre os 11 aquíferos transfronteiriços identificados preliminarmente em uma etapa anterior do projeto.

PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS – FLORESCER

A perda de florestas causa perdas econômicas, sociais, biológicas e culturais, além de interferir no ciclo da água e de provocar elevadas emissões de carbono que contribuem para o aquecimento global. A prevenção e o combate aos desmatamentos e incêndios mitigarão este quadro crítico, estimulando a conservação e promoção do uso sustentável da maior biodiversidade do planeta. Dessa forma, o

programa tem por objetivo prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros.

Controle de Desmatamentos e Incêndios Florestais

Esta ação tem por objetivo controlar, por meio do monitoramento ambiental, as atividades que geram condições para a ocorrência de desmatamentos e incêndios florestais, bem como auxiliar o processo de fiscalização e controle ambiental.

Por meio da utilização de técnicas de geoprocessamento para identificação e mapeamento de áreas desmatadas e focos de calor, esta ação conseguiu monitorar, em 2008, um total de área queimada correspondente a 80.090 hectares, nas 82 Unidades de Conservação Federais, o que representa uma redução de 50%, em relação ao ano de 2007. Quanto aos focos de calor, registrou-se a ocorrência de 3.381 nas Unidades de Conservação e de 9.737 nos 32 municípios prioritários da Amazônia.

Destaca-se, ainda, a implementação do Sistema de Detecção de Exploração Seletiva – DETEX – e do DGRAD. Além disso, foram desenvolvidas metodologias para utilização das imagens de radar do satélite ALOS (*advanced land observer satellite*), que possibilitam a identificação de novos desmatamentos inclusive quando a floresta está coberta por nuvens.

Como resultado da implementação do Sistema e da utilização das imagens de radar, foram elaboradas 37 notas técnicas e 84 Cartas imagem com a cronologia do desmatamento para inclusão nos processos administrativos de auto de infração dos 100 maiores autuados da Amazônia para posterior ajuizamento de Ação Civil Pública para reparação do dano causado.

No combate às queimadas e aos incêndios florestais, estruturou-se as brigadas com 34.415 equipamentos de proteção individual, 4.230 materiais de combate e 35 equipamentos de combate; além da participação na elaboração dos planos de ação de 03 Comitês Estaduais.

Também realizou-se a implementação do Plano de Ações para implantação do Decreto nº 6.321/2007: aprimoramento do Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização para disponibilização, via internet, das informações geográficas sobre as áreas embargadas. O Sistema conta atualmente com 5.842 áreas embargadas cadastradas, destas, 3.232 somente na região da Amazônia Legal, podendo ser visualizada no Sistema Compartilhado de Informações Ambientais – Siscom.

Foram elaboradas estatísticas relativas aos polígonos de desmatamento enviados pelo INPE através do Sistema DETER (Sistema de Detecção em Tempo Real), gerando 4.823 polígonos de desmatamento com confecção de 1.370 documentos indicativos para fiscalização, que representam 28,5 % do total de polígonos. Foram gerados 164 mapas de apoio logístico para as Bases Operativas, 122 mapas de apoio logístico para as Gerências Executivas e também 32 mapas de localização, que irão nortear o planejamento das ações de fiscalização. Procedeu-se ao georreferenciamento de cerca de 1.500 imagens no ano de 2008, originadas do Satélite Sino-Brasileiro Recursos Terrestres - Cbers 2B - bem como pelo Satélite Landsat 5; Além disso, foram realizadas

duas oficinas de trabalho com técnicos do Centro de Monitoramento Ambiental do Ibama – CSR – e técnicos dos estados da Amazônia, bem como, do estado do Tocantins. Estas oficinas possibilitaram a integração dos dados do Licenciamento Ambiental de Propriedade Rural (SLAPR), o que representa o total atual de seis estados que compartilham dados com o Siscom (PA, MT, AC, RO, TO e AM).

Referente à capacitação de técnicos, dois técnicos ambientais do CSR e sete de Unidades de Monitoramento da Amazônia Legal receberam treinamento para utilizar metodologia de detecção de corte seletivo na Amazônia e extração seletiva de espécies florestais (DETEX). Participaram do Curso ENVI, seis analistas ambientais do Centro Sensoriamento Remoto – CSR. Foram realizadas oito oficinas de nível básico, com o total de 60 analistas ambientais capacitados em geoprocessamento. Além disso foram recrutados três especialistas em geoprocessamento para atuarem no âmbito da região amazônica.

Para o monitoramento e controle de queimadas e incêndios florestais, em 2008 foram formados 3.954 recursos humanos, entre brigadistas, peritos e gerentes de fogo para Unidades de Conservação, municípios da Amazônia e voluntários.

QUALIDADE AMBIENTAL

O programa tem como objetivo promover a melhoria da qualidade ambiental, por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, do controle dos riscos e da melhoria do atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais. Além disso, busca controlar a emissão de gases, visando à proteção da camada de ozônio e do sistema climático global, de modo a reduzir os impactos de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente.

Aperfeiçoamento do Processo de Licenciamento Ambiental

Em 2008, deu-se continuidade à estratégia de desenvolvimento de políticas públicas, visando ao estabelecimento de uma Agenda Nacional para o Aprimoramento do Licenciamento Ambiental. Dessa forma, o MMA realizou oito oficinas, nas quais foram identificados cinco eixos temáticos para o aprimoramento do licenciamento ambiental de assentamentos de reforma agrária, e participou do aprimoramento do licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte – Resolução CONAMA nº 404/2008.

Nesse contexto, foram realizadas ações de parceria com o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais Municipais – PNC – com vistas à capacitação de 800 gestores ambientais municipais para o desenvolvimento e aprimoramento do licenciamento ambiental.

Por meio de portaria ministerial, em 2007, foi criado um Grupo Gestor para acompanhamento da gestão ambiental dos empreendimentos do setor de infra-estrutura. Esse Grupo acompanhou o licenciamento ambiental no âmbito federal, durante o exercício de 2008, dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC –, tendo elaborado Relatório Consolidado, identificado as limitações e necessidades de aperfeiçoamento dos instrumentos das

licenças relacionadas aos empreendimentos do PAC, da conformidade com critérios ambientais.

Ainda em 2008, o MMA desenvolveu novos instrumentos de gestão e planejamento que consolidam a integração das políticas ambiental e setoriais. Dentre esses, destacam-se: o início da elaboração de projeto para desenvolvimento metodológico e tecnológico para a Avaliação Ambiental Integrada de Bacia Hidrográfica aplicada ao processo de análise da viabilidade ambiental de empreendimentos hidrelétricos; a elaboração de relatório de diretrizes ambientais para o Trem de Alta Velocidade Rio-Campinas – TAV; e a elaboração, em parceria com o Ministério dos Transportes e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do guia que define as diretrizes para a Avaliação Ambiental Estratégica de políticas, planos e programas.

Elaboração do Plano Nacional de enfrentamento das Mudanças Climáticas

A nova estrutura da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ) permitiu ao MMA assumir a liderança do processo de construção da Política e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que tem sua origem no Decreto nº 6.263/2007, que instituiu o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) e estabeleceu a estratégia para a elaboração do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

O CIM é coordenado pela Casa Civil e tem na sua composição quinze ministérios, o Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (NAE) e o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), que é convidado para as reuniões do CIM. No âmbito do CIM, estabeleceu-se o Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (GEx), coordenado pelo MMA e composto por seis ministérios, pela Casa Civil e pelo FBMC.

Em abril de 2008, o GEx elaborou a minuta da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PL nº 3535/2008) e encaminhou-a ao CIM, para apreciação. Em junho, após a aprovação do CIM, foi enviada ao Congresso Nacional, onde se encontra em trâmite.

Como instrumento fundamental da Política e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, o MMA propôs um projeto de lei (PL nº 3820/2008) para a criação de um Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), a ser destinado para o financiamento de empreendimentos e apoio a projetos ou estudos que visem à mitigação e à adaptação à Mudança do Clima. Para tanto, propõem-se alterações na destinação dos recursos de que trata o inciso II do §2º do art. 50 da Lei nº 9.478/1997.

Por fim, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima foi lançado em 01/12/2008, dando continuidade ao processo iniciado com a publicação do Decreto nº 6.263/2007. Nessa primeira fase, buscou-se organizar as ações em curso, reforçar medidas existentes e identificar novas oportunidades, estruturando-as em quatro eixos: (I) mitigação; (II) vulnerabilidade, impacto e adaptação; (III) pesquisa e desenvolvimento; e (iv) capacitação e divulgação. Para garantir as ações, estão previstos instrumentos de ordem econômica, institucional e legal.

CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS

A execução desse programa tem contribuído significativamente para o desenvolvimento de instrumentos de gestão dos biomas brasileiros, tanto por meio da expansão e consolidação do sistema nacional de unidades de conservação, como pela definição e disseminação de políticas e práticas de conservação. Elementos de políticas públicas definidos no âmbito do programa, muitas vezes pioneiros no mundo, vêm facilitando a gestão integrada da biodiversidade brasileira e incrementando a participação da sociedade brasileira nos processos decisórios.

Monitoramento do Sistema de Gestão Integrado e Participativo para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros

Essa ação tem como objetivo desenvolver instrumentos para compor um sistema de gestão participativo e sustentável dos biomas, visando orientar as práticas de conservação e uso dos mesmos. As principais atividades que alcançaram esse objetivo em 2008 foram:

Para o Cerrado, destacam-se o acordo de cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente – MMA e o Ibama, para execução do Projeto Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros, por satélite, que indicará o desmatamento dos biomas extra-amazônicos (começando pelo Cerrado); o lançamento do Sistema de Alerta de Desmatamento do Cerrado (SIAD) e o apoio a mecanismos de participação da sociedade, como a Rede de Pesquisas para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado e a Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável – CONACER.

No caso do bioma Caatinga, foi reativado o Grupo de Trabalho da Caatinga, que elaborou a minuta do Programa de Conservação e Uso Sustentável do bioma, além de desenvolver uma estratégia para captação de recursos. Merece destaque, também, o apoio às atividades da Reserva da Biosfera da Caatinga, a participação na reestruturação e nas atividades do projeto GEF/BRA/02/G31 – Caatinga – e a divulgação para a sociedade de informações sobre o bioma.

Para a zona costeira e marinha, os principais resultados foram a continuidade da Campanha “Conduta Consciente em Ambientes Recifais” e do monitoramento sistemático dos recifes de coral, a elaboração e divulgação da Campanha “Consumo Legal de Frutos do Mar – Lagosta”, a elaboração dos planos de conservação dos Sítios Ramsar brasileiros, a elaboração conjunta com o Ibama e a SEAP/PR do novo Projeto de Lei do Código de Pesca e a aprovação do Projeto GEF para conservação e uso sustentável dos manguezais do Brasil.

Para a Mata Atlântica, foi elaborado e publicado o Decreto 6.660/2008, regulamentando a Lei 11.428/06, a “Lei da Mata Atlântica”. Os esforços estão voltados agora para a divulgação da Lei e do seu regulamento, incluindo o mapa do IBGE que estabelece a área de sua aplicação. Durante a Semana Nacional da Mata Atlântica, a sociedade civil contribuiu para a estruturação do Programa da Mata Atlântica do Ministério do Meio Ambiente. Estudos para a criação de novas unidades de conservação no bioma também foram realizados.

SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO

Esse programa tem como objetivo ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Destina-se a atender à população urbana de menor nível socioeconômico e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.

Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas

O PRODES consiste no estímulo aos municípios e prestadores de serviços de saneamento para investirem na implantação, ampliação ou melhoria operacional de Estações de Tratamento de Esgotos – ETE's, garantindo o reembolso de até 50% dos recursos investidos, mediante a comprovação do abatimento da poluição hídrica com o tratamento de esgotos, conforme condições pré-definidas em um “Contrato de Pagamento pelo Esgoto Tratado”. Cada real investido no programa, pelo governo, resulta, em média, em investimentos 3 vezes maiores por parte dos prestadores de serviços contratados.

Dessa forma, observada a ordem de seleção dos projetos, em 30 de junho de 2008 foi contratada a Estação de Tratamento de Esgotos – ETE – Monjolinho, localizada em São Carlos/SP, pelo valor de R\$ 21,33 milhões. As obras da ETE Monjolinho foram inauguradas em 5 de dezembro com a presença de diversas autoridades e representantes de entidades públicas. O referido empreendimento representou investimentos equivalentes a R\$ 48 milhões por parte do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE – de São Carlos, e beneficiará uma população superior a 300 mil habitantes no fim do plano de operação.

Atingiu-se, assim, a marca de 42 empreendimentos contratados pelo PRODES desde 2001, localizados em bacias hidrográficas que enfrentam graves problemas de poluição hídrica pelo lançamento de esgotos, beneficiando uma população superior a 4 milhões de habitantes. Desses, 25 empreendimentos encontram-se em certificação ou já concluíram o seu processo de certificação.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO DO PRODES

ANO	Nº DE EMPREENDIMENTOS (1) (ACUMULADO)	RECURSOS LIBERADOS (R\$ milhões)
2002	1 ETE	-
2003	2 ETE	0,53
2004	9 ETEs	1,36
2005	14 ETEs	8,16
2006	19 ETEs	9,51
2007	23 ETEs	20,58
2008	25 ETEs	27,05 (2)
TOTAL		67,19

(1) – Empreendimentos certificados ou em processo de certificação.

(2) – Valores atualizados até 18/12/2008 – Fonte: ANA/MMA.

Em 2008, foi autorizada a liberação de R\$ 27,05 milhões para diversos serviços de saneamento no país, mediante a

comprovação do cumprimento de metas de abatimento de poluição hídrica e de critérios de gestão previstos nos respectivos “Contratos de Compra de Esgoto Tratado”.

Destaca-se que a ETE José Cirilo/São Joaquim, localizada em Muriaé/MG foi o primeiro empreendimento a ter seu processo de certificação concluído no âmbito do PRODES e que, ainda em 2008, foram concluídos os processos de certificação das ETES Moreira César em Pindamonhangaba/SP, Jardim das Flores em Rio Claro/SP, Biritiba Mirim em Biritiba Mirim/SP, Piçarrão em Campinas/SP e da Sorocaba 1 em Sorocaba/SP.

GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE

Visando apoiar o planejamento, o controle e a avaliação dos programas da área de meio ambiente para o fortalecimento da gestão ambiental, o programa Gestão da Política de Meio Ambiente, em 2008, ampliou a dimensão ambiental no que tange às competências institucionais de outros Ministérios, tais como, Ministério das Cidades; Ministério da Fazenda; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Integração Nacional; Ministério de Minas e Energia; e Ministério do Turismo.

Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

A melhora das condições de funcionamento, desempenho e atuação dos órgãos licenciadores, em especial o Ibama, órgão responsável pelo licenciamento ambiental federal, contribuiu para o fortalecimento institucional, técnico e material da gestão ambiental promovida pelo Ministério do Meio Ambiente.

Assim, para viabilizar a automatização e integração das informações das instituições federais de meio ambiente, afetas ao licenciamento ambiental federal, foi identificada a necessidade de instrumentalizar – mediante a aquisição de equipamentos e materiais – o Ibama, para que os requerimentos de licença ambiental pudessem ser analisados com a celeridade e eficácia demandadas pelo cronograma de implantação do PAC.

Nesse sentido, no âmbito das ações de fortalecimento do licenciamento ambiental federal destaca-se o aporte de recursos ao Ibama, por meio de crédito extraordinário autorizado pela Medida Provisória nº 424/2008, para o incremento da estrutura dos sistemas de informação no que se refere a procedimentos, normas e capacidade, em especial, mediante a compra de equipamentos de infra-estrutura de informática com vistas a garantir a adequada estrutura tecnológica para implementação dos procedimentos do licenciamento ambiental federal e monitoramento da conformidade ambiental dos empreendimentos do PAC e, assim, viabilizar uma operação eficiente dos sistemas corporativos do Instituto, dentre os quais o Sistema de Licenciamento Ambiental Federal – SisLic.

A abertura desse crédito extraordinário também proporcionou o aprimoramento de normas e procedimentos do licenciamento ambiental realizado pelos entes federados, de forma a viabilizar o acompanhamento da conformidade ambiental dos empreendimentos do PAC.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

O programa Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) objetiva contribuir para a estruturação de um modelo de planejamento e gerenciamento estratégico do território brasileiro capaz de manter e recuperar a capacidade produtiva dos ecossistemas. Essa capacidade é entendida como fundamental e condicionante do processo de desenvolvimento em todas as escalas e, para assegurá-la, o ZEE define e estabelece as estratégias de desenvolvimento mediante a compatibilização das necessidades sociais, econômicas e ambientais, subsidiando e integrando as políticas públicas com foco territorial. Em relação às metas, em 2008 o ZEE alcançou a cobertura de aproximadamente 70% do território nacional em escalas de 1:1.000.000 ou maiores. Em partes dessa área, o zoneamento foi convertido em lei ou em outros instrumentos normativos, avançando na implementação de suas estratégias de gestão ambiental e territorial.

Elaboração da Base Cartográfica Digital da Amazônia Legal

A falta de uma base cartográfica digital contínua da Amazônia Legal em escala 1:100.000, integrada ao Sistema Cartográfico Nacional, dificultava sobremaneira o planejamento regional voltado ao desenvolvimento sustentável e à implementação de instrumentos de gestão ambiental e territorial.

A criação da base cartográfica na escala 1:100.000, portanto, contribuiu para aumentar a eficácia e a eficiência das ações dos governos federal, estaduais e municipais, assim como das instituições privadas, na medida em que permitiu o planejamento e a intervenção em bases espacialmente georreferenciadas.

Assim, a principal contribuição que o projeto dará ao meio ambiente é a possibilidade de aprimoramento do planejamento territorial e a capacidade para agir de forma mais adequada e direcionada, uma vez que o monitoramento, a fiscalização dos recursos florestais e a regularização fundiária, por exemplo, ficam vulneráveis em função das incertezas cartográficas que levam à lentidão e à inviabilização de processos administrativos e jurídicos contra aqueles que utilizam de maneira ilegal os recursos naturais da região.

Outro resultado importante derivado da execução do projeto foi sua contribuição para a reestruturação dos órgãos responsáveis pela cartografia nacional, no caso o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Diretoria de Serviço Geográfico (DSG) do Exército, e o estabelecimento da Comissão Nacional de Cartografia (Concar) como órgão balizador da cartografia nacional, possibilitando o estabelecimento de metodologias e técnicas atualizadas das normas dentro dos padrões nacionais e internacionais, como a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) e a Mapoteca Topográfica Digital (MTD4), bem como a obrigatoriedade do lançamento dos metadados.

O custo total do projeto, desenvolvido em parceria com o IBGE e a DSG do Exército, é de US\$ 5,5 milhões, sendo US\$ 5 milhões oriundos do Fundo Fiduciário do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), gerenciado pelo Banco Mundial, e US\$ 500 mil como contrapartida do governo brasileiro.